



BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

14. Outras obrigações

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	41.539		26.117	
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16)	(3.837)		6.497	
Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes (Nota 19)				
Contestações Judiciais	180.635		174.868	
Outras contingências fiscais	349		1.406	
Cíveis	110		188	
Diversas				
Fornecedores (a)	37.975		48.607	
Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	336		554	
Credeiros diversos - país (b)	63.836		35.332	
	143.686	184.931	110.610	182.959

(a) São lançados valores a pagar das operações com fornecedores de empresas ligadas e não ligadas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. O montante a pagar referente a empresas ligadas em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 21.895 (2018 - R\$ 26.735). (b) Deve-se, majoritariamente, a montantes a pagar aos cedentes nas operações de aquisição de direitos.

15. Patrimônio líquido: (a) **Capital social:** Representado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. (b) **Aumento de Capital:** Não ocorreram aumentos de capital no exercício. (c) **Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (d) **Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional do Banco. Até 31 de dezembro de 2018 o saldo apresentado na rubrica lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzida da parcela apropriada à reserva legal. Em 31 de dezembro de 2019, em alinhamento à carta circular 3.935/19, o Banco passou a apresentar resultado do exercício não distribuídos a seus acionistas na conta de reserva especial. (e) **Reserva especial:** Reserva destinada a registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo apresentado na rubrica lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzida da parcela apropriada à reserva legal. (f) **Dividendos:** O estatuto assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do Banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os acionistas do Banco se manifestaram formalmente sobre a não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Qualquer distribuição de dividendos relacionada a esses exercícios estará sujeita a aprovação em assembleia geral de acionistas posteriores. Por essa razão, não foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios. A administração propôs aos acionistas, baseado em manifestação formal destes, através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de junho de 2019, a distribuição de dividendos da totalidade do lucro líquido do exercício de 2018, deduzida a reserva legal, no montante de R\$ 71.806. O pagamento dos dividendos ocorreu em junho de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), realizada em 14 de novembro de 2018, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos da totalidade do lucro líquido do exercício de 2017, deduzida a reserva legal, no montante de R\$ 47.032, o qual foi pago em 29 de novembro de 2018. **16. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a conciliação entre os valores apurados, conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado dos exercícios findos nessas datas, pode ser resumida da seguinte forma:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	139.982	139.982	147.018	147.018
Exclusão/Adição da superveniência/ (insuficiência) de depreciação	41.749	41.749	(25.141)	(25.141)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(44.960)	(44.960)	(22.512)	(22.512)
Provisão (Reversão) para Contingências	(994)	(994)	(1.637)	(1.637)
Adição (exclusão) de contratos em atraso - reversão da renda de contratos com parcelas vencidas a mais de 60 dias	(360)	(360)	(1.685)	(1.685)
Recuperação de baixas a prejuízo	(5.478)	(5.478)	(24.391)	(24.391)
Exclusão receita com atualização monetária	(439)	(439)	(500)	(500)
Adição de baixas contábeis não dedutíveis	2.623	2.623	2.357	2.357
Demais adições (exclusões) líquidas	1.683	1.683	(5.325)	(5.325)
Base de cálculo	133.806	133.806	88.184	88.184
Prejuízo fiscal compensado (30%)	(40.142)	(40.142)	(20.455)	(20.455)
Base de cálculo líquida	93.664	93.664	47.729	47.729
Alíquota nominal - %	15%	15%	15%	20%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(14.050)	(14.050)	(7.159)	(9.546)
Base de cálculo para IR e CS adicional	93.424		47.489	
Alíquota nominal - %	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social adicional	(9.342)		(4.749)	
Outros ajustes	(50)	(184)		
Total de IR e CS - correntes	(23.442)	(14.234)	(11.908)	(9.546)
Diferido				
Constituição de obrigações fiscais diferidas	1.662	998	(1.888)	(1.147)
Reversão/Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias	(10.971)	(6.583)	(26.952)	(19.992)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(9.309)	(5.585)	(28.840)	(21.139)
Total de imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(32.751)	(19.819)	(40.748)	(30.685)

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a movimentação dos créditos tributários e das obrigações tributárias diferidas é assim demonstrada:

	Saldo em 31/12/2018		Re-versão		Saldo em 31/12/2019	
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Re-versão	Saldo em 31/12/2019	Re-versão	Saldo em 31/12/2019
Créditos tributários diferidos						
Insuficiência de depreciação		13.865				13.865
Reversão de faturas com 60 dias em atraso	893		(162)			731
Provisão de créditos em liquidação duvidosa	40.992		(21.571)			19.421
Baixas para prejuízo	24.853	2.304	(3.691)			23.466
Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal	31.136		(7.876)			23.260
Provisão de riscos fiscais	14.365		(423)			13.942
Total Créditos Tributários (Nota 11)	112.239	16.169	(33.723)			94.685
Obrigações fiscais diferidas						
Atualização sobre depósitos judiciais	(3.662)	(175)				(3.837)
Superveniência de depreciação	(2.835)		2.835			
Total obrigações fiscais diferidas (Nota 14)	(6.497)	(175)	2.835			(3.837)

Ano	Imposto de renda		Contribuição social		Total
	2019	2018	2019	2018	
1 ano	22.358		12.762		35.120
2 anos	8.602		4.873		13.475
3 anos	3.370		1.910		5.280
4 anos	1.321		748		2.069
5 anos	517		293		810
Mais de 5 anos	23.687		14.244		37.931
	59.855		34.830		94.685

A expectativa de realização dos créditos tributários sobre provisão de créditos em liquidação duvidosa e de insuficiência de depreciação baseiam-se na previsão de recebimento das operações da carteira do Banco. Definimos como acima de 5 anos a expectativa de realização do crédito tributário sobre provisão de riscos fiscais considerando a impossibilidade de estimarmos quando o processo irá transitar em julgado. O Banco optou pelo não reconhecimento de créditos tributários sobre algumas diferenças temporárias as quais estão em processo de análise e avaliação para posterior constituição. **17. Gerenciamento de risco e capital:** (a) **Risco de mercado:** A política do Banco é primordialmente de "match funding" minimizando assim a necessidade de utilização de derivativos para proteção dos ativos e passivos expostos às variações de moeda e de taxas de juros. O Banco não detém carteira de negociação e sua estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é compatível com a natureza de suas operações e complexidade dos produtos, e não há operações de derivativos em aberto para proteção de seus ativos com relação à variação cambial. A exposição cambial ativa em dezembro de 2019 foi de R\$ 1.869 (2018 - R\$ 3.349), equivalente a 0,4% (2018 - 0,7%) do patrimônio de referência do Banco. (b) **Risco de liquidez:** Eventuais Riscos de liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos de risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. Em situações de estresse específico de liquidez ou de crise sistêmica que acarretem significativa redução dos níveis projetados de reserva, há um plano de contingência para o restabelecimento do nível mínimo requerido. (c) **Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações, que é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, dentre outros, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. (d) **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e/ou de eventos externos. O Banco instituiu a estrutura de gerenciamento do risco operacional cujo o objetivo principal é avaliar, monitorar e mitigar ocorrências do risco operacional, que é objeto de relatório detalhado semestral. (e) **Gerenciamento de capital:** O Banco instituiu a estrutura de Gerenciamento de Capital, cuja política apresenta o conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Banco no controle e Gerenciamento de Capital, e realiza projeção periódica do enquadramento do capital perante a possível ocorrência dos riscos a que o Banco está sujeito. **18. Limites Operacionais:** As Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 implementaram as regras de mensuração do capital regulamentar e definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições. O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA - Risk Weighted Assets) está representado abaixo no que se refere aos riscos de crédito, mercado e operacional. Em dezembro de 2019 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório com índice de 34,97%, sendo o limite mínimo regulamentar de 8% e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco. **Exposições ao Risco**

	2019	2018
Risco de Crédito (RWAcad)	1.095.013	1.297.760
Risco de Mercado (RWAcam)	9.349	15.516
Risco Operacional (RWAOpad)	265.175	272.694
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (b)	1.369.537	1.585.970
Patrimônio de Referência Mínimo para RWA	109.563	136.790
Patrimônio de Referência - Nível 1 (a)	479.426	487.082

Índice de Basileia (a)/(b) 34,97% 30,65%

19. Contingências: O Banco possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, como autor e réu. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona integralmente os processos, cujo risco de perda seja classificado como provável. Dessa forma, tem sido adotado, para as ações de natureza tributária, o procedimento de depositar em juízo os valores envolvidos e

constituir a respectiva provisão para riscos fiscais, como abaixo demonstrado, os quais estão apresentados no balanço patrimonial no longo prazo nas rubricas "Outros créditos - Diversos" (Nota explicativa 11) e "Outras obrigações - Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes" (Nota explicativa 14), respectivamente. O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, principalmente a: (i) danos morais e materiais relacionados; (ii) beneficiário em ações de concordata e/ou falência e (iii) em decorrência de planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas para processos específicos com base na opinião de assessores jurídicos. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

	2019		2018	
	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
Obrigações legais				
PIS (c)	77.758	(76.375)	75.073	73.704
CSLL (b)	114.324	(99.400)	110.905	96.406
ISS		(349)		1.406
CIDE (a)	4.860	(4.860)	4.758	4.758
Outros			7	
	196.942	(180.984)	190.743	176.274
Cíveis		(68)		188
Outros		(42)		
	196.942	(181.094)	190.743	176.462

(a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. (b) O processo judicial em questão deve-se, majoritariamente, a questionamentos quanto a base de cálculo do imposto. A diferença refere-se substancialmente a depósitos judiciais no montante de R\$ 15 milhões (2018 - R\$ 15 milhões), sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos internos e externos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota, exceto pelo processo relativo a CSLL com depósito judicial no valor de R\$ 7,7 milhões (2018 - R\$ 7,5 milhões), cujo o risco de perda está classificado como possível. (c) O processo judicial em questão deve-se ao questionamento quanto a aplicabilidade dos impostos para o resultado financeiro do Banco. Com base no texto vigente, a Lei nº 12.973/14, em relação às novas disposições tributárias, limitou os depósitos judiciais sobre PIS/COFINS realizados pelo Banco, objeto do Mandado de Segurança (MS) nº 2008.51.01.027609-6, ao mês de dezembro de 2014 com consequente obrigação de recolhimento dos referidos impostos a partir de janeiro de 2015. A diferença entre os saldos dos depósitos judiciais e da provisão deve-se, substancialmente, ao valor de R\$ 605 depositado a maior em agosto de 2012, acrescida da atualização monetária do período.

A administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências. Os processos avaliados como risco de perda possível, não provisionados, montam a R\$ 70.259. **20. Partes relacionadas:** O Banco tem como controladora direta a IBM Participações Ltda. que por sua vez tem a IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda. como sua controladora direta. O Banco mantém com empresas do grupo IBM, as seguintes transações: (a) Contratação de prestação de serviços e aluguel de imóvel (Nota explicativa 21). (b) Obrigações por compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (Nota explicativa 14 (a)). (c) Captação de recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário (Nota explicativa 13). (d) Operações vinculadas (Nota explicativa 10). **21. Despesas Administrativas:** Referem-se, majoritariamente, a valores pagos e a pagar à IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda pela prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária, bem como aluguel do imóvel. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, seguindo contrato vigente. O total dessas despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 montou R\$ 27.491 (2018 - R\$ 26.611) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de despesas administrativas. **22. Despesas tributárias:** As despesas tributárias do semestre e do exercício estão compostas como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre de 2019	2019	2018
ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(10.271)	(22.743)	(23.613)
PIS - Programa de Integração social	(2.932)	(6.923)	(5.931)
COFINS - contribuição para financiamento da seguridade social	(474)	(1.123)	(967)
	(13.677)	(30.789)	(30.511)

23. Outras receitas/despesas operacionais: Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre de 2019	2019	2018
Outras receitas operacionais			
Ajustes operacionais	(7.663)	5.467	9.252
Reversão de provisão para contingências	1.104	1.465	1.734
Atualização monetária	533	1.096	4.503
Juros e variação cambial	349	421	436
Recebimento de precatórios		305	
Baixas contábeis			364
Outros	1	29	
	(5.676)	8.783	16.289

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre de 2019	2019	2018
Outras despesas operacionais			
Despesa com comissões e juros por atraso	(1.006)	(2.042)	(2.089)
Ajustes operacionais		(465)	
Baixas contábeis	(44)	(329)	(314)
Outros	(142)	(217)	(678)
	(1.192)	(3.053)	(3.081)

24. Eventos subsequentes: O Banco tem acompanhado e monitorado diariamente as informações sobre a pandemia mundial do coronavírus (COVID-19) e ao longo deste processo estabeleceu, de imediato, obediência ao plano de continuidade operacional local e global do grupo IBM. Não houve necessidade de paralisação das suas atividades e não ocorreram, até o presente momento, efeitos negativos significativos nos seus negócios. O Banco segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema e seus eventuais impactos nas suas operações e demonstrações financeiras.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Alberto Julio Rangogni
Diretor Presidente

Luiz Enrique Zaragoza
Diretor Superintendente

Marco Antônio da Rocha Tristão Júnior
Diretor Financeiro

Daniel Giffoni de Sousa Dantas
Diretor de Operações

Antônio José Guimarães Ramos
Diretor Tesoureiro

Robson Luiz Bezerra
Contador - CRC RJ-083476/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva: Não reclassificação da provisão para superveniência/insuficiência para os ativos circulante e realizável a longo prazo:** O Banco registra suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras em observância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência ou insuficiência de depreciação (Notas 2(e), 2(h), 7 e 10). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e receitas/despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar e executar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das